

# Alfabetização na hora certa

» MOZART NEVES RAMOS

Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Em maio, foram divulgados os resultados do exame do estudo internacional de leitura *Progress in International Reading Literacy Study (Pirls)*, que avalia as habilidades de leitura e de compreensão de textos em alunos do 4º ano do ensino fundamental. O Brasil participou desse teste pela primeira vez e, para nossa tristeza, ficou nas últimas posições. Em um ranking de 57 países, o Brasil ficou em 52º lugar, à frente apenas de Irã, Jordânia, Egito, Marrocos e África do Sul. Porém, ficou atrás de países como Macedônia do Norte, Omã, Uzbequistão e Kosovo.

Foi a primeira vez que o Brasil participou da avaliação. O Pirls é realizado a cada cinco anos, desde 2001. A prova é organizada pela International Association for the Evaluation of Educational Achievement (IEA), uma cooperativa internacional de instituições de pesquisa, acadêmicos e analistas.

Como retratado no site da *exame.com*, as provas foram feitas em 2021 e mostram o efeito da pandemia na educação. O exame é realizado por amostragem em larga escala em escolas públicas e privadas, abrangendo todo o território nacional. O 4º ano do ensino fundamental faz parte da etapa escolar em que o país vinha desde 2003 melhorando sistematicamente o desempenho escolar, tanto em língua portuguesa quanto em matemática, mas também foi aquela em que mais se sentiram os efeitos da pandemia — em particular porque o Brasil foi um

dos países que mais tempo ficou com prédios escolares fechados.

Apesar da ampla divulgação dada aos resultados do Pirls, houve um silêncio de quem tem a responsabilidade por essa etapa educacional — “isso não é problema meu”, parece. Certa vez eu estava na Alemanha, ainda quando reitor da Universidade Federal de Pernambuco e, de repente, me dei conta de que estava fazendo parte de uma manifestação nas ruas de Berlim. E logo fiquei sabendo que se tratava da cobrança das famílias ao governo alemão pelos resultados — decepcionantes, em relação ao que se esperava — do exame do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). Esperava-se que a Alemanha ficasse entre os 10 primeiros países, mas não foi o que aconteceu. E as famílias foram às ruas. Aqui, ficamos mais uma vez na rabeira de um ranking internacional em educação, e ninguém se manifesta.

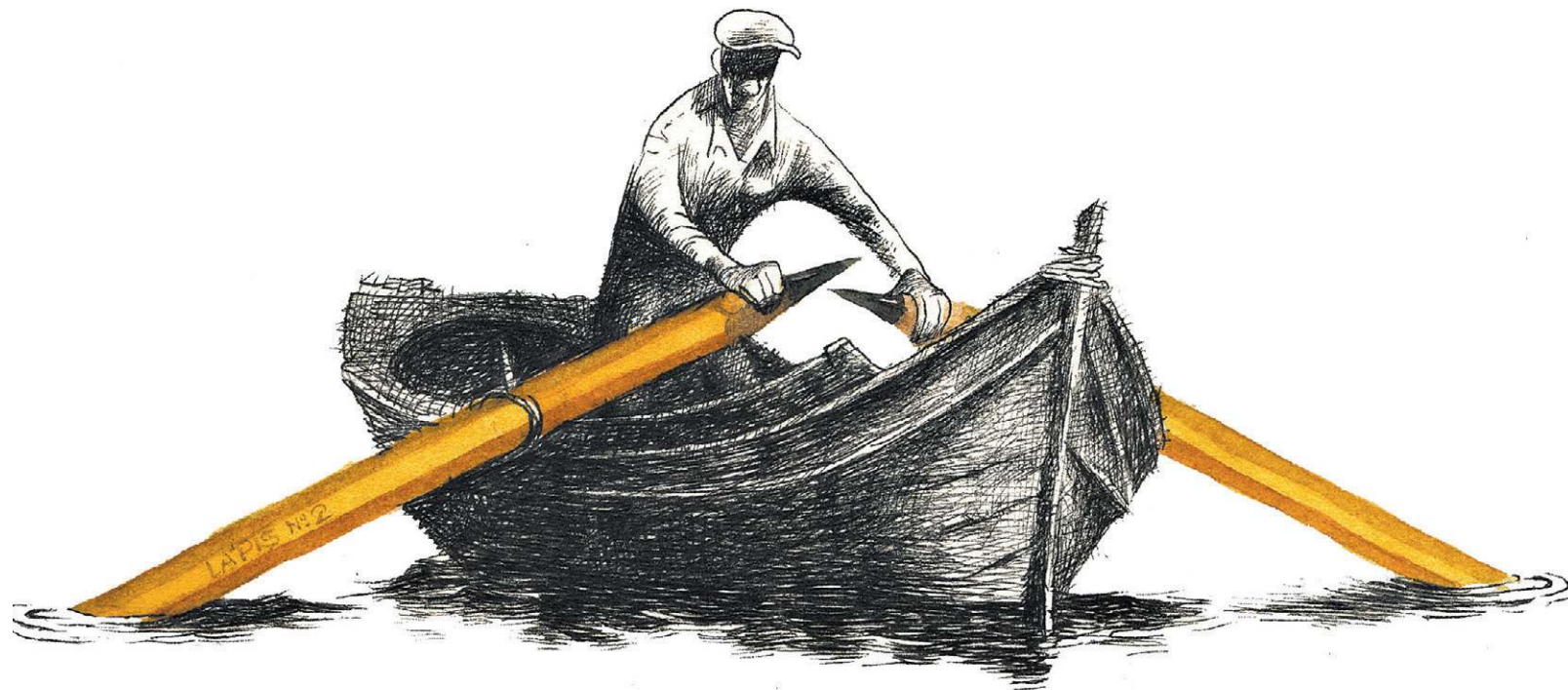
Enquanto o país não priorizar a educação, não vamos sair dessa posição de quase lanterna (a distância que nos separa do primeiro colocado em pontuação no exame do Pirls — Cingapura, com 587 pontos — é de 168 pontos). Um desastre educacional. Logo após Cingapura, encontra-se a Irlanda — um país que vem fazendo uma revolução silenciosa na educação, nos dois níveis, tanto no ensino básico quanto no superior.

Continuo acreditando que nossos irmãos cearenses, que estão à frente do Ministério da Educação (MEC), podem nos tirar dessa

situação pelo histórico de sucesso especialmente na alfabetização de crianças aos sete anos. E para referendar essa minha esperança, li com muita alegria que o MEC planeja lançar por esses dias o Pacto pela Alfabetização, com recursos da ordem de R\$ 800 milhões.

Interessante que o anúncio veio logo após os resultados do Pirls — talvez fosse a resposta que eu estava esperando. Nesse programa, o MEC vai apostar as fichas no regime de colaboração do estado com seus municípios acompanhado por um processo de avaliação — o que é muito importante para verificar se as metas pretendidas estão sendo alcançadas. As universidades serão convidadas a participar por esses entes federados. O Pacto pela Alfabetização já batizado como Compromisso Criança Alfabetizada segue a linha do Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) implantado com grande sucesso no estado do Ceará. Já estava na hora de o MEC colocar o seu time em campo, apenas repassar dinheiro não basta, isso é ponto de partida.

No entanto, não podemos deixar que apenas o MEC faça seu papel. É necessário que também os estados e os municípios cumpram aquilo que se espera deles. As famílias, por sua vez, precisam exercer o seu papel de pagadores de impostos e cobrar resultados satisfatórios no campo da educação, pois ela é o principal motor que pode nos levar a uma verdadeira cidadania e ao protagonismo mundial. Tudo começa por uma criança bem formada, o que significa assegurar o seu desenvolvimento pleno.



## Por que uma defensora pública no Supremo Tribunal Federal?

» RIVANA BARRETO RICARTE DE OLIVEIRA

Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep)

» MAIRA MAÍRA CORACI DINIZ

Representante da Associação Defensoras e Defensores Públicos pela Democracia

No cenário político nacional, encontramos em evidência as próximas nomeações a serem realizadas pelo presidente da República para composição do Supremo Tribunal Federal. Na discussão, são variadas as posições que se apresentam. Temos desde quem interdite qualquer debate sob variados pretextos, como o de que somente ao presidente cabe a escolha segundo suas convicções, ou de apoio irrestrito às escolhas presidenciais não importando quais sejam elas, passando por apresentações públicas de candidaturas, indicação de nomes por organizações e personalidades, pretensão de realização de sabinatas com possíveis candidatos.

De fato, a nomeação é do presidente da República, que pode indicar alguém com mais de 35 anos e menos de 70 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Sendo que a nomeação dependerá de aprovação, por maioria absoluta, do Senado Federal. Há, portanto, nesse processo, a necessidade de convergência de vontades do Poder Executivo e do Poder Legislativo. O primeiro passo é do presidente da República, democraticamente eleito, que tem diante de si tarefa de enorme responsabilidade política por variadas razões. Primeiro porque se trata da composição do tribunal mais importante do Brasil, do responsável por fazer valer a Constituição e de dizer a última palavra sobre seu significado e aplicação. Segundo porque não são tão poucas assim as pessoas que cumprem os requisitos constitucionais embora se possa divergir quanto ao que significa “notável saber jurídico” e como aferir isso.

Com base tão somente nesses critérios, existem muitas pessoas, em todo o país, que estariam aptas a ocupar a posição. Isso torna o escrutínio muito maior e traz a necessidade de demonstração de outros critérios orientadores da escolha caso se queira agir com maior transparência e na busca de maior legitimidade, o que é desejável numa democracia.

Nosso intuito, portanto, é contribuir para a melhor escolha possível, adensando e qualificando esse debate, certos de que temos um presidente que se coloca como alguém aberto ao diálogo, que ouve e que gosta de uma boa conversa. Nesse sentido, queremos colocar no espectro de escolhas possíveis alguém que integre a Defensoria Pública.

No sistema de Justiça, a Defensoria Pública é a instituição mais jovem. Foi somente em 1988 que, pela primeira vez, passou a ter previsão constitucional, tornando-se a instituição a responsável por garantir o acesso à Justiça da população vulnerável. Acesso à Justiça que é direito constitucional fundamental. Desde então vem se estruturando, mas já mostrou a que veio quando combate o encarceramento em massa do povo preto, quando defende as mulheres em situação de violência e de discriminação de gênero, quando luta por dignidade para a população de rua, para as pessoas com deficiência, para a população LGBTQUIA+. A instituição tem por missão garantir direitos sociais, combater a pobreza e exclusões, lutar contra a precarização do trabalho e contra as desigualdades sociais, defender o direito de acesso à educação de milhares de crianças e jovens e de uma velhice com dignidade de direitos, provocando o

sistema de Justiça para garantir direitos às camadas mais pobres, vulneráveis e desfavorecidas de nossa sociedade.

Quem integra a defensoria aprende, por dever de ofício, a manejar o direito em prol de uma sociedade mais igualitária, menos excludente, buscando transformação social. Esse defensor tem potencial de mudar o modo de atuar do sistema de Justiça trazendo ao Poder Judiciário as dores e sofrimentos da maior parcela da população brasileira, dos que passam fome, dos que estão vivendo em insegurança alimentar, dos que não têm acesso a água, terra e moradia.

Esse mesmo conjunto de atribuições nos faz defender também um sistema de Justiça inclusivo e representativo por dentro, com mais mulheres, pessoas negras, indígenas, com deficiência, de diversas orientações sexuais, identidades de gênero e de variadas camadas sociais. Por questão de justiça e porque representatividade importa.

A escolha para composição do tribunal é livre, respeitados os requisitos constitucionais. No entanto, eles, por si sós, nos levaram, até hoje, a uma composição marcada por um determinado espectro social hegemônico, marcado pela maioria branca e masculina.

O direito não pode tudo. Transformações dependem da política, das ações dos governantes e do necessário enfrentamento das questões sociais que foram aqui colocadas. O direito que é posto pelo STF tem que se compromissar com o projeto político constitucional de inclusão e de garantia de direitos para a maior parte da população desfavorecida do Brasil. Defensoria Pública presente do STF pode ser um bom começo.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Narrativa sem cola

É lógico que para aqueles que sabem para onde ir, qualquer caminho serve, mesmo aqueles que conduzem ao abismo. Do mesmo modo, torna-se inconcebível que um mandatário possa assumir o poder sem sequer trazer debaixo do braço as linhas mestras de um projeto de governo factível. Afinal, são milhões de cidadãos que confiaram um voto de confiança, e que, de uma forma ou de outra, irão sentir na pele e no bolso as consequências das ações do governo ou a falta delas.

O que não se pode conceber é que a nação fique tateando no escuro, à procura de uma saída ou de um plano de fuga vindo do governo. Eis, aqui, onde estamos. Antigamente, dizia-se estarmos no mato sem cachorro. Hoje, podemos dizer que estamos num país sem um governo à altura dos desafios e das necessidades de um gigante continental, com mais de 200 milhões de habitantes, cercado de problemas e cobijado por potências que se dizem amigas, mas que estão de olho gordo posto em nossos recursos e reservas minerais.

Depois de cobranças vindas de todos os lados, o que temos é um arcabouço ou esqueleto de um projeto que visa autorizar o governo a gastar além das possibilidades reais de caixa, sem que isso venha acarretar penalidades e sanções para o perdulário. É pouco ou quase nada e, ao mesmo tempo, é muito para quem vai pagar a conta.

Como metas de governo, o que foi apresentado não passou de um material formado de ações de improviso, que vão saindo das gavetas à medida que os problemas surgem. Na impossibilidade de armar-se uma guerra contra um inimigo fictício, como fez a Argentina, na Guerra das Malvinas, o jeito é deixar os problemas internos de lado e desengavetar um projeto qualquer, desses que propõem um tratado para a criação da chamada Unasul, integrando e unindo, nos âmbitos políticos, econômicos e outros, os países do continente. De preferência, unindo países prósperos como Argentina, Venezuela, Suriname e outros, cujas economias estão no fundo do poço, criando uma poupança regional, com o apoio do BNDES, além do estabelecimento de uma moeda unificada, como meio de “aprofundar a identidade sul-americana”. Talvez engulam mais essa narrativa.

Diria o filósofo de Mondubim: “Vão juntar os farraços e molambos num pardieiro só”. Para se ter uma ideia, o papel moeda na Venezuela, de tão desvalorizado, serve como matéria-prima para confecção de artesanatos vendidos nas ruas a preços irrisórios. O que países como Argentina, Venezuela, Nicarágua e outros necessitam não é socorro do tipo econômico, que facilmente irá parar nos bolsos desses governos corruptos, mas de uma coisa chamada democracia e gente decente para administrar esses países. Criar mecanismos e instituições como o Corporación Andina de Fomento, ou Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata, é irrigar com dinheiro do pagador de impostos no Brasil, os governos ditatoriais de esquerda que infernizam suas nações. Levar dinheiro para as mãos dessa gente é perpetuar-lhes a tirania. Para quem se armou de cautela contra essas intenções marotas, todas elas fincadas numa antiquada e falsa visão de mundo, as proposições feitas pelo governo brasileiro às lideranças sul-americanas se inserem no que ele mesmo denomina como narrativas e mostram de que lado da história ele se posiciona. De fato, o governo Lula não sabe para onde vai e ainda assim quer que toda uma nação siga com ele. Com companheiros do naipe de Maduro, Ortega e outros, é melhor irmos sozinhos.

### » A frase que foi pronunciada

“A confiança começa com uma liderança digna de confiança.”

Bárbara Kimmel Brooks

### Nota 10

» Quando o GDF quer, faz. Um espetáculo o aplicativo do Detran com a carteira de motorista digital, acesso a todo tipo de informação sobre o carro. As multas são notificadas quase em tempo real no celular do motorista. Para a averiguação, há, inclusive, a foto com todos os dados do dia da punição.

### 65 anos

» Em entrevista à Rádio Nacional, no programa *Eu de Cá, Você de Lá*, a índia Kayná, da etnia Mundurucu, contou que o pai dela remava por horas para trocar peixe e farinha por pilhas para o radinho. Só assim era possível a família acompanhar o que se passava do lado de cá da floresta.

### Memórias

» Por falar em Rádio Nacional, não havia foca no jornalismo de Brasília que não passasse por ali. Luiz Mendonça, Claire e Edson Tavares foi um trio importante na redação da rádio.

### » História de Brasília

As portas dos cabeleireiros, seja qual for o endereço, estão cheias de carros do governo à espera de madames. (Publicada em 20/3/1962)